

Autopista Régis Bittencourt S.A.

Demonstrações Financeiras Anuais Completas

- Declaração para fins do Artg. 25 da instrução CVM nº 480/09;
- Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração.



D E C L A R A Ç Ã O
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A. (“Autopista Regis”), companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.336.431/0001-06, com sede na Rodovia SP 139, nº 226, Bairro São Nicolau, CEP: 11.900-000, Município de Registro, Estado de São Paulo, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Registro, 20 de fevereiro de 2020.

Sérgio Moniz Barreto Garcia
Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor de Operações

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico e Financeiro /
Diretor de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

D E C L A R A Ç Ã O

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A. (“Autopista Regis”), companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.336.431/0001-06, com sede na Rodovia SP 139, nº 226, Bairro São Nicolau, CEP: 11.900-000, Município de Registro, Estado de São Paulo, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Registro, 20 de fevereiro de 2020.

Sérgio Moniz Barreto Garcia
Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor de Operações

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico e Financeiro /
Diretor de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Autopista Régis Bittencourt S.A.

Demonstrações Contábeis
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Régis Bittencourt S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Régis Bittencourt S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação do balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018 e das demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em 20 de fevereiro de 2018 emitimos opinião de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, cujo balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2018 está sendo reapresentado. Em 27 de fevereiro de 2019 emitimos opinião de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, cujo balanço patrimonial e fluxos de caixa estão sendo reapresentados. Conforme descrito na nota explicativa nº 4 às demonstrações contábeis essas demonstrações contábeis foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a reclassificação de parte do saldo de caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial por mudança de política contábil da Sociedade. Essa reapresentação está de acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação ("tag") fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante e a coerência entre o número de eixos cadastrados no "tag" e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para dar suporte a nossa avaliação e ao nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio aceitável no contexto das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.

Ativo intangível - Avaliação do risco de redução do valor recuperável do ativo intangível

O ativo intangível é composto principalmente pelos investimentos e pelas obras realizadas nas rodovias e representa 91% do total do ativo nas demonstrações contábeis. A avaliação do valor recuperável do ativo intangível da Sociedade, que realiza obras de ampliação da capacidade e de melhoramento das rodovias que representam adições expressivas ao ativo intangível, foi significativa para a nossa auditoria, porque o processo de avaliação é complexo, envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado. Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de especialistas para a avaliação da razoabilidade das premissas e das metodologias usadas pela Sociedade, em especial aquelas que se referem ao crescimento previsto da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou pelo crescimento econômico, pelas taxas de inflação esperadas, pela evolução demográfica, pelo volume de tráfego de veículos, entre outras premissas. As divulgações da Sociedade sobre o ativo intangível constam na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, que evidencia a natureza de cada concessão, bem como os investimentos em melhorias na infraestrutura previstos para os próximos anos; e na nota explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, que demonstra a movimentação dos saldos de ativo intangível durante o exercício. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos aceitável o valor do ativo intangível no contexto das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 20 de fevereiro de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 01.01.2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31.12.2019	31.12.2018	01.01.2018	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31.12.2019	31.12.2018	01.01.2018
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa - Reapresentado	5	76.193	140.245	7.447	Empréstimos e financiamentos	13	1.317	113.363	106.848
Aplicações financeiras - Reapresentado		59.671	229.625	8.750	Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	17	-	145.818	-
Contas a receber	6	31.174	25.335	25.878	Debêntures	14	(6.757)	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	17	88	-	47	Fornecedores	15	19.404	17.084	29.513
Despesas antecipadas		3.249	2.141	5.171	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	16	7.148	-	-
Impostos a recuperar		5.362	6.843	2.479	Obrigações sociais		5.933	6.051	7.267
Adiantamentos a fornecedor		-	100	-	Obrigações fiscais		4.829	11.305	6.323
Outros créditos		400	147	182	Contas a pagar - partes relacionadas	17	2.466	1.701	1.177
Total do ativo circulante		176.137	404.436	49.954	Cauções contratuais	15	19.173	17.602	15.561
					Taxa de fiscalização		1.346	1.291	1.257
					Dividendos propostos	20	-	3.052	3.052
NÃO CIRCULANTE					Provisão para manutenção em rodovias	19	52.125	40.319	20.360
Aplicações financeiras vinculadas	8	26.323	47.726	37.870	Provisão para investimentos em rodovias		1.399	1.399	1.399
Despesas antecipadas		5.309	3.918	3.952	Outras contas a pagar		15.807	6.615	805
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	38.629	-	-	Total do passivo circulante		124.190	365.600	193.562
Depósitos judiciais	19	1.023	1.906	72					
Direito de uso (IFRS 16)		23.044	-	-	NÃO CIRCULANTE				
Imobilizado	10	4.629	4.526	3.022	Empréstimos e financiamentos	13	-	1.527.084	681.166
Intangível	11	2.660.441	2.749.619	2.800.413	Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	17	-	18.050	362.169
Diferido	12	-	586	4.099	Debêntures	14	1.659.678	-	-
Total do ativo não circulante		2.759.398	2.808.281	2.849.428	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	16	16.786	-	-
					Obrigações fiscais		-	9	14.777
					Riscos civeis, trabalhistas e fiscais	19	6.207	7.788	8.266
					Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	-	15.221	49.764
					Provisão para manutenção em rodovias	19	34.516	30.565	58.033
					Total do passivo não circulante		1.717.187	1.598.717	1.174.175
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Capital social	20	1.162.285	1.162.285	1.376.285
					Reserva de lucros		10.530	86.115	155.360
					Prejuízos acumulados		(78.657)	-	-
					Total do patrimônio líquido		1.094.158	1.248.400	1.531.645
TOTAL DO ATIVO		2.935.535	3.212.717	2.899.382	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.935.535	3.212.717	2.899.382

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31.12.2019	31.12.2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	544.917	531.737
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	22	(495.745)	(491.242)
LUCRO BRUTO		49.172	40.495
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	22	(25.015)	(27.035)
Remuneração da Administração	17	(3.331)	(2.735)
Outras receitas operacionais, líquidas		1.029	60
		(27.317)	(29.710)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		21.855	10.785
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	23	16.439	7.717
Despesas financeiras	23	(197.759)	(123.202)
Variação cambial, líquida		(24)	-
		(181.344)	(115.485)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(159.489)	(104.700)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	7	-	912
Diferidos	7	53.850	34.543
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(105.639)	(69.245)
PREJUÍZO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	25	(0,1607)	(0,1053)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(105.639)	(69.245)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(105.639)</u>	<u>(69.245)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social			Reservas de lucros		Lucro (Prejuízo) acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Integralizado	Legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		1.420.785	(44.500)	1.376.285	10.530	144.830	-	1.531.645
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	(69.245)	(69.245)
Aumento (Redução) de capital	17	(245.000)	31.000	(214.000)	-	-	-	(214.000)
Destinações do prejuízo líquido:								
Absorção de prejuízo com reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	(69.245)	69.245	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>1.175.785</u>	<u>(13.500)</u>	<u>1.162.285</u>	<u>10.530</u>	<u>75.585</u>	<u>-</u>	<u>1.248.400</u>
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	(105.639)	(105.639)
Dividendos distribuídos	20	-	-	-	-	(48.603)	-	(48.603)
Destinações do prejuízo líquido:								
Absorção de prejuízo com reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	(26.982)	26.982	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>1.175.785</u>	<u>(13.500)</u>	<u>1.162.285</u>	<u>10.530</u>	<u>-</u>	<u>(78.657)</u>	<u>1.094.158</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.12.2019	31.12.2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo líquido do exercício		(105.639)	(69.245)
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	22	205.019	188.771
Baixa de ativos permanentes	10 e 11	521	11.788
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(53.850)	(34.543)
Receita com aplicações financeiras vinculadas		(2.600)	(2.568)
Juros e variações monetárias sobre mútuos		3.312	16.213
Juros e variações monetárias de empréstimos		124.365	99.107
Juros e variações monetárias de debêntures		16.732	-
Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	23	8.588	4.747
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	19	2.905	3.403
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	19	81.571	46.955
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		(5.839)	616
Contas a receber - partes relacionadas		(88)	47
Despesas antecipadas		(2.499)	372
Impostos a recuperar		3.115	(256)
Outros créditos		(253)	35
Depósitos judiciais		883	(1.834)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(4.060)	(2.386)
Fornecedores - partes relacionadas		1.066	(529)
Cauções contratuais de fornecedores		(48)	(54)
Direito de uso pagos		(8.525)	-
Obrigações sociais		(118)	(1.216)
Obrigações fiscais		(7.101)	(13.019)
Riscos cíveis trabalhistas e fiscais		(4.486)	(3.881)
Taxa de fiscalização		55	34
Custo de transação - empréstimo		(49.387)	(13.353)
Pagamento de juros		(159.600)	(163.699)
Outras contas a pagar		9.192	5.810
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		53.231	71.315
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	10	(1.061)	(2.286)
Aquisições de itens do intangível	11	(170.858)	(207.697)
Aplicação financeira vinculada		(1.239)	(10.296)
Valor resgatado das aplicações vinculadas		23.608	1.592
Aplicação financeira - Reapresentado		169.954	(229.625)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		20.404	(448.312)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos:			
Captação risco sacado	13	33.204	45.625
Pagamento risco sacado	13	(44.273)	(44.489)
Captações de empréstimos	13	-	946.147
Pagamento empréstimos – principal	13	(1.641.563)	(96.769)
Captações de empréstimos empresas ligadas	17	-	18.000
Pagamentos empréstimo empresas ligadas - principal	17	(133.400)	(153.469)
Emissão de debêntures	14	1.700.000	-
Pagamento de dividendos		(51.655)	-
Aumento de capital	20	-	31.000
Devolução de capital social	20	-	(245.000)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(137.687)	501.045
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(64.052)	124.048
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO - REAPRESENTADO		140.245	16.197
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO - REAPRESENTADO		76.193	140.245

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.12.2019	31.12.2018
RECEITAS			
Prestação de serviços	21	455.938	423.290
Receita dos serviços de construção	21	104.333	140.839
Outras receitas		26.798	5.550
		<u>587.069</u>	<u>569.679</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo dos serviços prestados		(48.090)	(57.233)
Custo dos serviços de construção	22	(104.333)	(140.839)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(19.739)	(18.556)
Custo da concessão		(22.070)	(22.436)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	22	(81.571)	(46.955)
Outros		(6.122)	(7.284)
		<u>(281.925)</u>	<u>(293.303)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>305.144</u>	<u>276.376</u>
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	22	(205.019)	(188.771)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (RETIDO)		<u>100.125</u>	<u>87.605</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	23	16.439	7.717
Juros capitalizados	24	1.002	3.523
Outros		(24)	-
		<u>17.417</u>	<u>11.240</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u>117.542</u>	<u>98.845</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		27.657	28.187
Benefícios		7.422	7.345
FGTS		2.262	2.425
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais (incluindo IOF)		(35.230)	(17.343)
Estaduais		1	1
Municipais		23.818	21.425
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		141.097	99.108
Juros capitalizados BNDES		686	1.323
Juros capitalizados debentures		186	-
Aluguéis		67	1.492
Custo de transação de empréstimos e debêntures		42.166	-
Outras		9.607	5.714
Remuneração de capitais próprios:			
Juros		3.312	16.213
Juros capitalizados sobre mútuos		130	2.200
Prejuízo do exercício		<u>(105.639)</u>	<u>(69.245)</u>
		<u>117.542</u>	<u>98.845</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Autopista Régis Bittencourt S.A.

Demonstrações Contábeis Referentes
ao Exercício Findo em 31 de Dezembro
de 2019 e Relatório dos Auditores
Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia SP 139, 226. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A geração de caixa, somada à capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes e a manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, por meio da evolução do tráfego pedagiado e dos reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por recursos captados no mercado de capitais por meio da emissão de debêntures de infraestrutura, a Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

A emissão das demonstrações contábeis da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2020.

2. CONCESSÕES

A Autopista Régis Bittencourt S.A. é uma sociedade por ações, e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela ANTT.

A Sociedade está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-116/km 542 - SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30,5 km de duplicação de rodovia.
- 30 km de terceira faixa.
- 55 km de vias laterais.
- 26,4 km de variantes/contornos.

- Construção de 51 passarelas.
- Construção de 6 praças de pedágio.
- Construção de 9 Bases de Serviços Operacionais – BSO's.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços, que garantam o reequilíbrio do contrato.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Sociedade ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

- (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$8.436. A partir de 31 de dezembro de 2019 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$111.074 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.
- (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.

- (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- (g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$539.320 (R\$562.651 em 31 de dezembro de 2018) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$523.883 (R\$505.596 em 31 de dezembro de 2018) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vêm negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de dezembro de 2019 estas obras estão estimadas em R\$121.097 (R\$91.714 em 31 de dezembro de 2018), as quais não estão incluídas no quadro acima.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Sociedade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

4.1 Instrumentos Financeiros

Classificação dos ativos e passivos financeiros na adoção inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: mensurados ao valor justo por meio de resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e custo amortizado.

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria.

Custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

4.2 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.3 Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a investimentos ou outros fins, sendo estes títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.4 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido as despesas das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Depreciação

As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão.

4.5 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo do contrato de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado linearmente com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações contábeis e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

4.6 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.7 Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período

de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

4.8 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, e partindo da estimativa da Sociedade de lucros tributáveis futuros.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, e dos ajustes referentes a eventuais mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 7.

4.9 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e que é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,4% ao ano em 31 de dezembro de 2019 e de 2018. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 7,30% ao ano em 31 de dezembro de 2019 e de 2018. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.11 Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.12 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.13 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 20.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em anos anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

4.14 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante o exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.15 Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas

CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, adotadas

4.15.1 Adoção inicial do CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações contábeis de arrendatários e arrendadores. Objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações contábeis possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

A Sociedade aplicou o CPC 06 (R2) utilizando o método retrospectivo modificado e as demonstrações contábeis comparativas abrangendo esse tema não foram reapresentadas.

Todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019, com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Sociedade.

Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Sociedade.
- A Sociedade tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual.
- A Sociedade tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os arrendatários deverão reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente as respectivas obrigações (estimado para todo o período do contrato de arrendamento), e descontada por meio de aplicação da taxa de 8,42% a.a. A Administração revisará a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da companhia excluídos os financiamentos do BNDES.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recalcule para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Sociedade optou por criar novos grupos patrimoniais e novas rubricas contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos, bem como evidenciar os efeitos nas rubricas do resultado.

Política contábil aplicável antes de 1º de janeiro de 2019

Anteriormente à entrada em vigor do CPC 06 (R2), os casos de arrendamento mercantil eram avaliados pela Sociedade sob os conceitos de arrendamento financeiro e arrendamento operacional, visando ao correto enquadramento para o reconhecimento contábil.

Arrendamento financeiro

Eram considerados financeiros os arrendamentos cujos contratos previam a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes ao ativo arrendado. Nesse caso, também eram levados em conta o prazo do arrendamento mercantil em relação à vida útil econômica do ativo, a relação do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento com o valor justo do ativo, bem como a previsão de a Sociedade obter a propriedade do ativo no final do contrato.

Arrendamento operacional

Todos os arrendamentos não revestidos das características do arrendamento financeiro eram classificados como arrendamentos operacionais. Como arrendatária, os pagamentos realizados pela Sociedade, relativos a esses

contratos, eram reconhecidos como despesa do exercício, pelo método linear no prazo de vigência do arrendamento.

Os principais impactos decorrentes da aplicação inicial estão demonstrados abaixo:

i) Os impactos da adoção do CPC 06 (R2) no balanço patrimonial:

	Valores antes da adoção do CPC 06	Ajustes CPC 06	Valores após a adoção do CPC 06 em 01.01.2019
Ativo			
Circulante	404.436	-	404.436
Não circulante	2.808.281	30.453	2.838.734
Direito de uso - IFRS 16	-	30.453	30.453
	3.212.717	30.453	3.243.170
Passivo			
Circulante	365.600	7.545	373.145
Arrendamento mercantil a pagar - IFRS 16	-	7.545	7.545
Não circulante	1.598.717	22.908	1.621.625
Arrendamento mercantil a pagar - IFRS 16	-	22.908	22.908
Patrimônio líquido	1.248.400	-	1.248.400
Arrendamento mercantil - IFRS 16	-	-	-
	3.212.717	30.453	3.243.170

4.15.2 ICPC 22 (IFRIC23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, a IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. A sociedade entende que não há incertezas quanto ao tratamento dado em relação aos tributos sobre o lucro.

CPCs/s novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Sociedade não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações contábeis.

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Sociedade não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações contábeis.

Pronunciamento ou interpretação	Descrição
IFRS 17 - Contratos de Seguro	O IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11). O IFRS 17 descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O Modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios. O Modelo Geral utilizará premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensurará explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados. A norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021, sendo permitida a adoção antecipada. Ela é adotada retrospectivamente a menos que sua adoção seja inviável; nesse caso, será aplicável a abordagem retrospectiva modificada ou a abordagem de valor justo. A minuta para exposição das Alterações à IFRS 17 endereça os problemas e os desafios de implementação identificados após a publicação da IFRS 17. Um dos principais desafios propostos é o adiamento da data de adoção inicial da IFRS 17 em um ano para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. Para fins das exigências de transição, a data de adoção inicial corresponde ao início do período anual no qual a entidade adota a norma pela primeira vez, e a data de transição corresponde ao início do período imediatamente anterior à data de adoção inicial.
IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações) (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.	As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture. A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. Os diretores da Companhia esperam que a adoção dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Grupo no futuro caso essas transações ocorram.
Alterações à IFRS 3 - Definição de Negócios)	As alterações esclarecem que ainda que os negócios normalmente apresentem outputs (“produtos”), os produtos não são necessários para um conjunto integrado de atividades e ativos para se qualificarem como negócios. Para serem considerados como um negócio, um conjunto adquirido de atividades e ativos deve incluir no mínimo um insumo e um processo substantivo que em conjunto contribuem significativamente para a capacidade de criar produtos. Orientações adicionais ajudam a determinar se um processo substantivo foi adquirido. As alterações introduzem um teste de concentração opcional que permite uma avaliação simplificada sobre se um conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio. De acordo com o teste de concentração opcional, o conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio se substancialmente a totalidade do valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrada em um único ativo identificável ou grupo de ativos similares. As alterações são aplicáveis prospectivamente a todas as combinações de negócios e aquisições de ativos para os quais a data de aquisição cai no ou após o primeiro período anual de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2020, sendo permitida a adoção antecipada.

Alterações à IAS 1 e IAS 8 - Definição de Material	O objetivo das alterações é facilitar o entendimento da definição de material na IAS 1 e não o de alterar o conceito subjacente de materialidade nas Normas do IFRS. O conceito de “ocultação” de informações materiais com informações imateriais foi incluído como parte da nova definição. O limite de materialidade que influencia os usuários foi alterado de “possível influência” para “possível influência razoável”. A definição de material na IAS 8 foi substituída pela referência à definição de material na IAS 1. Adicionalmente, o IASB alterou outras Normas e a Estrutura Conceitual contendo uma definição de material ou faz referência ao termo “material” para garantir consistência. As alterações são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020, sendo permitida a adoção antecipada.
Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS	Além da Estrutura Conceitual revisada, que entrou em vigor após a publicação em 29 de março de 2018, o IASB também emitiu as Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS. O documento contém alterações à IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22 e SIC 32. Porém, nem todas as alterações atualizam esses pronunciamentos com relação às referências e citações da estrutura de modo que elas se referem à Estrutura Conceitual revisada. Alguns pronunciamentos são atualizados apenas para indicar a qual versão da Estrutura eles se referem (a Estrutura do IASC adotada pelo IASB em 2001, a Estrutura do IASB de 2010, ou a nova Estrutura revisada de 2018) ou para indicar que as definições na Norma não foram atualizadas com as novas definições desenvolvidas na Estrutura Conceitual revisada.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

Reapresentação do balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018 e das demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Sociedade, objetivando a melhor apresentação de seus investimentos em “Fundos de Investimentos”, anteriormente apresentados na rubrica de “Caixa e equivalente de caixa”, entendeu que deve ser mais adequadamente classificado na rubrica de “Aplicações Financeiras” todo e qualquer título de investimento diferente de “LFT e CDB”, sendo estes “Letra Financeira, NTN, LTN e, outros”. Esta alocação reflete de forma mais acurada no que diz o “CPC 03 (R2)” e “CVM OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2019) – Item 10: Equivalente de caixa – LFT’s” e propicia uma melhor apresentação quanto a sua posição de investimentos, adotando, portanto, uma mudança em sua política contábil anteriormente adotada.

Em atendimento as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Sociedade alterou sua política contábil anteriormente adotada por uma política contábil que melhor reflete sua posição de investimentos da Sociedade (pelos argumentos acima mencionados e em linha com o parágrafo 14 item “(b)” do respectivo CPC anteriormente mencionado) e, portanto, procedeu as reclassificações de forma retrospectiva em suas informações correspondentes apresentadas para fins comparativos, em relação à aquelas originalmente emitidas.

Para fins comparativos às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o impacto se dará da *seguinte* forma:

- Reapresentação nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 referente ao saldo de Caixa e Equivalente de Caixa – Balanço Patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente emitido em 27 de fevereiro de 2019.

Balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2018

ATIVOS	Originalmente Apresentada 31.12.2018	Reclassificação	Reapresentação 31.12.2018
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	369.870	(229.625)	140.245
Aplicações financeiras	-	229.625	229.625
Contas a receber	25.335	-	25.335
Impostos a recuperar	6.843	-	6.843
Despesas antecipadas	2.241	-	2.241
Outros créditos	147	-	147
Total dos ativos circulantes	404.436	-	404.436
NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras vinculadas	47.726	-	47.726
Despesas antecipadas	3.918	-	3.918
Depósitos judiciais	1.906	-	1.906
Imobilizado	4.526	-	4.526
Intangível	2.749.619	-	2.749.619
Diferido	586	-	586
Total dos ativos não circulantes	2.808.281	-	2.808.281
TOTAL DO ATIVO	3.212.717	-	3.212.717

Balanço patrimonial de 1 de janeiro de 2018

ATIVOS	Originalmente Apresentada 01.01.2018	Reclassificação	Reapresentado 01.01.2018
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	16.197	(8.750)	7.447
Aplicações financeiras	-	8.750	8.750
Contas a receber	25.878	-	25.878
Contas a receber - partes relacionadas	47	-	47
Impostos a recuperar	2.479	-	2.479
Despesas antecipadas	5.171	-	5.171
Outros créditos	182	-	182
Total dos ativos circulantes	49.954	-	49.954
NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras vinculadas	37.870	-	37.870
Despesas antecipadas	3.952	-	3.952
Depósitos judiciais	72	-	72
Imobilizado	3.022	-	3.022
Intangível	2.800.413	-	2.800.413
Diferido	4.099	-	4.099
Total dos ativos não circulantes	2.849.428	-	2.849.428
TOTAL DOS ATIVOS	2.899.382	-	2.899.382

- Reapresentação nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 referente ao saldo de Caixa e Equivalente de Caixa - Demonstração do Fluxo de Caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente emitido em 27 de fevereiro de 2019.#

Autopista Régis Bittencourt S.A.

	Originalmente Apresentada 31.12.2018	Reclassificação	Reapresentado 31.12.2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período	(69.245)	-	(69.245)
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	188.771	-	188.771
Baixa de ativos permanentes	11.788	-	11.788
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(34.543)	-	(34.543)
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(2.568)	-	(2.568)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	16.213	-	16.213
Juros e variações monetárias de empréstimos	99.107	-	99.107
Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	4.747	-	4.747
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	3.403	-	3.403
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	46.955	-	46.955
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber	616	-	616
Contas a receber - partes relacionadas	47	-	47
Despesas antecipadas	372	-	372
Impostos a recuperar	(256)	-	(256)
Outros créditos	35	-	35
Depósitos judiciais	(1.834)	-	(1.834)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores	(2.386)	-	(2.386)
Fornecedores - partes relacionadas	(529)	-	(529)
Cauções contratuais de fornecedores	(54)	-	(54)
Obrigações sociais	(1.216)	-	(1.216)
Obrigações fiscais	(13.019)	-	(13.019)
Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	(3.881)	-	(3.881)
Pagamento de juros	(163.699)	-	(163.699)
Outras contas a pagar	(7.509)	-	(7.509)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	71.315	-	71.315
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(2.286)	-	(2.286)
Aquisições de itens do intangível	(207.697)	-	(207.697)
Aplicação financeira vinculada	(10.296)	-	(10.296)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	1.592	-	1.592
Aplicação financeira	-	229.625	(229.625)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(218.687)	229.625	(448.312)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos:			
Captação risco sacado	45.625	-	45.625
Pagamento risco sacado	(44.489)	-	(44.489)
Captações de empréstimos	946.147	-	946.147
Pagamento empréstimos – principal	(96.769)	-	(96.769)
Captações de empréstimos empresas ligadas	18.000	-	18.000
Pagamentos empréstimo empresas ligadas - principal	(153.469)	-	(153.469)
Aumento de Capital	31.000	-	31.000
Devolução de capital social	(245.000)	-	(245.000)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	501.045	-	501.045
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	353.673	229.625	124.048
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	16.197	-	16.197
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	369.870	229.625	140.245

As reclassificações efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido, bem como não impactam covenants.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

Caixa e equivalentes de caixa	31.12.2019	31.12.2018
		Reapresentado
Caixa e contas bancárias	2.304	2.583
Fundos de investimentos (*)	73.889	137.662
Total	76.193	140.245
Aplicações financeiras	31.12.2019	31.12.2018
		Reapresentado
Fundos de investimentos (**)	59.671	229.625
Total	59.671	229.625

* Cotas lastreadas em CDB, LFT e cotas de outros fundos de investimento lastreados por esses.

** Cotas lastreadas em NTN-B, NTN-F, LTN, LF e cotas de outros fundos de investimento lastreados por esses.

Os recursos aplicados diretamente em títulos ou por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente a, na média, 97,8% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (98,4% em 31 de dezembro de 2018). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	31.12.2019	31.12.2018
Pedágio eletrônico a receber (a)	22.970	20.018
Cupons de pedágio a receber	1.647	1.685
Cartões de pedágio a receber	169	189
Receitas acessórias a receber (b)	6.386	3.441
Outras receitas a receber	2	2
Total	<u>31.174</u>	<u>25.335</u>

(a) Conforme nota explicativa nº 27 c.

(b) Receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2019 e de 2018. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que pode ocorrer em um período maior conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(159.489)	(104.700)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	54.226	35.598
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(376)	(143)
Total	<u>53.850</u>	<u>35.455</u>
Imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	-	912
Diferido	<u>53.850</u>	<u>34.543</u>
	<u>53.850</u>	<u>35.455</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo 31.12.2019	Imposto de renda e contribuição social diferido passivo 31.12.2018
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal (a)	246.202	120.496
Provisão de participação nos lucros	2.081	2.249
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	6.207	7.788
Outras provisões	2.464	1.315
Provisão para manutenção de rodovias	86.641	70.884
Amortização acumulada de obras futuras	344	258
Pis e Cofins s/receitas	-	933
Ajuste dos encargos financeiros (receitas acessórias)	-	30
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	2	3
Arrendamentos - IFRS 16	890	-
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Estorno de capitalização de juros	25	34
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	344.856	203.990
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>117.251</u>	<u>69.357</u>
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	(584)	(584)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(318.245)	(318.245)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	87.589	70.071
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(231.240)	(248.758)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>(78.622)</u>	<u>(84.578)</u>
Base do imposto de renda e contribuição social	<u>38.629</u>	<u>(15.221)</u>
Impostos diferidos não constituídos	-	-
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>38.629</u>	<u>(15.221)</u>

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

(b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

(c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração; portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	Ativo não circulante
2021	3.353
2022	13.314
2023	27.435
2024	27.435
Após 2025	45.714
	<hr/>
	117.251
	<hr/>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos.

Conforme nota explicativa nº 13, a Sociedade quitou em 12 de dezembro de 2019 o empréstimo junto ao BNDES, permanecendo o saldo das aplicações financeiras vinculadas até o recebimento da anuência do financiamento de longo prazo perante o BNDES.

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo é de R\$26.323 (R\$47.726 em 31 de dezembro de 2018), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 92,6% da variação do CDI.

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Imóveis (e)	Outros	Total
<u>Custo direito de uso</u>							
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-
Adições	25.254	3.372	771	981	89	507	30.974
Saldo em 31.12.2019	<u>25.254</u>	<u>3.372</u>	<u>771</u>	<u>981</u>	<u>89</u>	<u>507</u>	<u>30.974</u>
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	(5.612)	(1.156)	(490)	(358)	(68)	(246)	(7.930)
Saldo em 31.12.2019	<u>(5.612)</u>	<u>(1.156)</u>	<u>(490)</u>	<u>(358)</u>	<u>(68)</u>	<u>(246)</u>	<u>(7.930)</u>
<u>Direito de uso líquido</u>							
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2019	19.642	2.216	281	623	21	261	23.044
Taxas de amortização - a.a.	22%	34%	67%	35%	77%	49%	

(a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.

(b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.

(c) Refere-se a veículos administrativos.

(d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.

(e) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.

10. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2018	1.045	1.686	656	1.175	4.027	8.589
Adições	25	639	-	-	397	1.061
Transferências/reclassificações	-	-	-	-	29	29
Alienações/baixas	(64)	(173)	(30)	-	(40)	(307)
Saldo em 31.12.2019	1.006	2.152	626	1.175	4.413	9.372
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2018	(778)	(1.006)	(155)	(468)	(1.656)	(4.063)
Depreciações	(63)	(248)	(153)	(123)	(374)	(961)
Transferências/reclassificações	-	-	-	-	(3)	(3)
Alienações/baixas	60	173	21	-	30	284
Saldo em 31.12.2019	(781)	(1.081)	(287)	(591)	(2.003)	(4.743)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2018	267	680	501	707	2.371	4.526
Saldo em 31.12.2019	225	1.071	339	584	2.410	4.629
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2017	964	970	776	1.175	2.528	6.413
Adições	71	716	-	-	1.499	2.286
Transferências/reclassificações	10	-	-	-	-	10
Alienações/baixas	-	-	(120)	-	-	(120)
Saldo em 31.12.2018	1.045	1.686	656	1.175	4.027	8.589
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2017	(686)	(840)	(201)	(356)	(1.308)	(3.391)
Depreciações	(92)	(166)	(76)	(112)	(348)	(794)
Alienações/baixas	-	-	122	-	-	122
Saldo em 31.12.2018	(778)	(1.006)	(155)	(468)	(1.656)	(4.063)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2017	278	130	575	819	1.220	3.022
Saldo em 31.12.2018	267	680	501	707	2.371	4.526
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	

11. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2018	3.297.127	3.742	23.013	791	3.324.673
Adições	83.185	1.057	22.089	557	106.888
Transferências/reclassificações	8.199	-	(8.137)	(91)	(29)
Alienações/baixas	(498)	(100)	-	-	(598)
Saldo em 31.12.2019	3.388.013	4.699	36.965	1.257	3.430.934
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2018	(573.243)	(1.811)	-	-	(575.054)
Amortizações	(195.149)	(393)	-	-	(195.542)
Transferências/reclassificações	3	-	-	-	3
Alienações/baixas	-	100	-	-	100
Saldo em 31.12.2019	(768.389)	(2.104)	-	-	(770.493)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2018	2.723.884	1.931	23.013	791	2.749.619
Saldo em 31.12.2019	2.619.624	2.595	36.965	1.257	2.660.441
Taxas de amortização - a.a.	5%	20%			
	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2017	3.035.914	2.734	152.394	700	3.191.742
Adições	115.120	899	29.360	91	145.470
Transferências/reclassificações	158.622	109	(158.741)	-	(10)
Alienações/baixas	(12.529)	-	-	-	(12.529)
Saldo em 31.12.2018	3.297.127	3.742	23.013	791	3.324.673
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2017	(389.835)	(1.494)	-	-	(391.329)
Amortizações	(184.147)	(317)	-	-	(184.464)
Alienações/baixas	739	-	-	-	739
Saldo em 31.12.2018	(573.243)	(1.811)	-	-	(575.054)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2017	2.646.079	1.240	152.394	700	2.800.413
Saldo em 31.12.2018	2.723.884	1.931	23.013	791	2.749.619
Taxas de amortização - a.a.	5%	20%			

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, tendo como principais, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade capitalizou o montante de R\$1.002 (R\$3.523 em 31 de dezembro de 2018) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação aos valores principais das dívidas, em 2019 foi de 0,55% a.a. (0,17% a.a. em 2018).

A Administração preparou as projeções de fluxo de caixa descontado e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

12. DIFERIDO

É representado por:

	31.12.2019	31.12.2018
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	5.568	5.568
Consumo	5.129	5.129
Custos contratuais da concessão	9.101	9.101
Depreciações e amortizações	115	115
Conservação da rodovia	13.309	13.309
Serviços de terceiros	1.742	1.742
Tributários	2.378	2.378
Resultados financeiros	(1.880)	(1.880)
Outros gastos	(124)	(124)
	<u>35.338</u>	<u>35.338</u>
Amortização acumulada	<u>(35.338)</u>	<u>(34.752)</u>
	<u>-</u>	<u>586</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

Moeda local	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	115.343	1.539.714	1.655.057	107.031	682.239	789.270
Captações/Renovações	33.204	-	33.204	45.625	946.147	991.772
Juros provisionados	105.283	19.768	125.051	100.114	316	100.430
Amortização de principal	(1.685.836)	-	(1.685.836)	(141.258)	-	(141.258)
Pagamento de juros	(126.225)	-	(126.225)	(85.122)	-	(85.122)
Transferência	1.559.482	(1.559.482)	-	88.988	(88.988)	-
AVP/Risco sacado	66	-	66	(35)	-	(35)
	<u>1.317</u>	<u>-</u>	<u>1.317</u>	<u>115.343</u>	<u>1.539.714</u>	<u>1.655.057</u>
Custo de transação	-	-	-	(1.980)	(12.630)	(14.610)
Saldo final	<u>1.317</u>	<u>-</u>	<u>1.317</u>	<u>113.363</u>	<u>1.527.084</u>	<u>1.640.447</u>

A composição dos empréstimos é como segue:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.12.2019	31.12.2018
Financiamento de investimentos	TJLP+3,54% e 3,74% a.a.	dez/29	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	-	1.042.422
Risco Sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	1.317	12.319
Nota Promissória	107% CDI	jun/20	Aval acionista	-	600.316
				<u>1.317</u>	<u>1.655.057</u>

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de R\$1.317 (R\$12.319 em 31 de dezembro de 2018) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade

para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Em 12 de dezembro de 2019, a Sociedade quitou o saldo de R\$637.458 referente à 5ª emissão de Notas Promissórias no valor nominal de R\$600.000 com juros remuneratórios a 107% do CDI. Os recursos obtidos através da emissão foram utilizados para usos corporativos gerais e investimentos não financiados pelo BNDES.

Em 5 de dezembro de 2019, a Sociedade quitou o saldo de R\$960.645 referente ao financiamento de longo prazo junto ao BNDES. O valor justo dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

14. DEBÊNTURES

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	-	-
Captações/Renovações	-	1.700.000	1.700.000
Juros provisionados	-	16.918	16.918
	<u>-</u>	<u>1.716.918</u>	<u>1.716.918</u>
Custo de transação	(6.757)	(57.240)	(63.997)
Saldo final	<u>(6.757)</u>	<u>1.659.678</u>	<u>1.652.921</u>

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.12.2019	31.12.2018
8ª Emissão - 1ª Série	1.000.000	IPCA + 4,5% a.a.	jun/31	1.012.520	-
8ª Emissão - 2ª Série	700.000	CDI + 0,86% a.a.	jun/27	704.398	-
				<u>1.716.918</u>	<u>-</u>

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
8ª Emissão - 1ª Série	19.11.2019	1.000.000	1.000	19.11.2019	1.000.000
8ª Emissão - 2ª Série	19.11.2019	700.000	970	19.11.2019	678.821
		<u>1.700.000</u>			<u>1.678.821</u>

Em 31 de dezembro de 2019, as parcelas de longo prazo apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2021	59.125
2022	80.125
2023	92.188
Após 2024	1.485.480
	<u>1.716.918</u>

As debêntures da 8ª Emissão possuem fiança da Arteris.

As escrituras de emissão da 8ª emissão da Sociedade possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas abaixo:

Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando:

(a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,2, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \frac{(\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos} - \text{CAPEX})}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde:

- (i) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice;
 - (ii) Impostos Pagos = somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD; e
 - (iii) CAPEX = montante investido para execução das obras e aquisição de equipamentos nos últimos 12 (doze) meses conforme descritos nos itens "Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado" e "Aquisições de Itens do Intangível" do Caixa Líquido das Atividades de Investimento constante das Demonstrações do Fluxo de Caixa Indireto.
- (b) A relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento).

A partir do exercício social de 2027, apresentar trimestralmente índice de alavancagem, de acordo com cada ano, menor ou igual a:

3,0 – 2027

2,5 – 2028

2,0 – 2029

1,5 – 2030

1,0 – 2031

$$\text{Alavancagem} = \frac{\text{Dívida Líquida}}{\text{EBITDA Ajustado}}$$

Onde:

- (iv) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debentures menos todas as disponibilidades de caixa; e
- (v) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

15. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de R\$19.404 (R\$17.084 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$19.173 (R\$17.602 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

16. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A Sociedade chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Sociedade, a taxa obtida foi de 8,42% a.a.

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	-	-
Adições	8.231	22.743	30.974
Utilização	(9.293)	-	(9.293)
Ajuste a valor presente - AVP	2.253	-	2.253
Transferência	5.957	(5.957)	-
	<u>7.148</u>	<u>16.786</u>	<u>23.934</u>

Em 31 de dezembro de 2019, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2021	7.190
2022	6.173
2023	3.423
Após 2023	-
	<u>16.786</u>

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$8.529.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Autopista Régis Bittencourt S.A. é uma sociedade por ações constituída no Brasil. Seu capital é exclusivamente nacional e é uma subsidiária integral da Arteris S.A., sendo a Arteris S.A. detentora de 100% do seu capital social. Por sua vez a Arteris S.A. é uma empresa brasileira constituída sob a forma de sociedade por ações e devidamente registrada como companhia aberta perante a CVM. A Arteris S.A. é uma holding não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE's) atuante no setor de concessões rodoviárias.

A Arteris S.A. é constituída por um mix de capital nacional e estrangeiro, sendo o seus acionistas diretos a holding não financeira espanhola Participes en Brasil, o fundo Brookfield Aylesbury S.A.R.L., e a holding brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo o controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas, mútuos e debêntures para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A. (a)	8	-
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Intervias S.A. (a)	1	-
Planalto Sul S.A. (a)	25	-
Fluminense S.A. (a)	1	-
Litoral Sul S.A. (a)	53	-
Total do ativo circulante	<u>88</u>	<u>-</u>
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (a)	2.280	1.610
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Planalto Sul S.A. (a)	118	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	68	91
<u>Controladora</u>		
Dividendos a pagar:		
Arteris S.A.	-	3.052
<u>Controladora</u>		
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A. (c)	-	145.818
Total do passivo circulante	<u>2.466</u>	<u>150.571</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A. (c)	-	18.050
Total do passivo não circulante	<u>-</u>	<u>18.050</u>

	EXERCÍCIO					
	31.12.2019			31.12.2018		
Contas de Resultado:	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	(3.442)	(13.471)	-	(18.413)	(11.017)
Juros Capitalizados (*)	-	130	-	-	2.200	-
<u>Outras partes relacionadas</u>						
Planalto Sul S.A.	-	-	(149)	-	-	(7)
Fluminense S.A.	-	-	-	-	-	(5)
Litoral Sul S.A.	-	-	(38)	-	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(18)	-	-	(351)	-	-
Total	<u>(18)</u>	<u>(3.312)</u>	<u>(13.658)</u>	<u>(351)</u>	<u>(16.213)</u>	<u>(11.029)</u>

- a) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da "Holding", baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.

- b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- c) Decorrentes da 3^a, 4^a, 5^a, 6^a e 7^a emissões de debêntures, de série única e não conversíveis em ações, celebrados com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos da Sociedade. No mês de abril de 2019 a Sociedade quitou as referidas obrigações com sua controladora conforme demonstrados a seguir. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2019		31.12.2018	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
03.07.2015	25.06.2019	CDI + 1,5% a.a.	-	-	40.546	1.276
19.08.2018	19.08.2019	CDI + 1,5% a.a.	-	-	20.000	8.013
18.09.2015	18.09.2019	CDI + 1,5% a.a.	-	-	40.000	15.417
19.10.2015	19.10.2019	CDI + 1,5% a.a.	-	-	15.000	5.566
05.11.2018	21.05.2021	CDI + 1,0% a.a.	-	-	3.000	28
20.12.2018	21.05.2021	CDI + 1,0% a.a.	-	-	15.000	22
			-	-	133.546	30.322

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$845 (R\$909 em 31 de dezembro de 2018), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade reconheceu o montante de R\$507 a título de remuneração e encargos de seus administradores, adicionado R\$2.824 relativo ao rateio da "Holding", que totaliza R\$3.331 (R\$2.735 em 31 de dezembro de 2018), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 01 de abril de 2019, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$700.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício, e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$2.081 e R\$2.249.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

19. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	31.12.2018	Adições	Reversões	Pagamentos	31.12.2019
Cíveis	801	1.113	-	(1.144)	770
Trabalhistas	2.331	2.552	(120)	(3.342)	1.421
Regulatório	4.656	-	(640)	-	4.016
Total	7.788	3.665	(760)	(4.486)	6.207

	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	31.12.2018
Cíveis	1.444	1.553	-	(2.196)	801
Trabalhistas	2.311	1.705	-	(1.685)	2.331
Regulatório	4.511	145	-	-	4.656
Total	8.266	3.403	-	(3.881)	7.788

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$4.016 (R\$4.656 em 31 de dezembro de 2018). Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam o montante de R\$16.785 (R\$14.575 em 31 de dezembro de 2018).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$2.947 em 31 de dezembro de 2019 (R\$2.435 em 31 de dezembro de 2018).

Os depósitos judiciais no montante de R\$1.023 em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.906 em 31 de dezembro de 2018) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões

judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante	Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2018	1.399	40.319	30.565	1.399	70.884
Adições/Reversões	-	47.224	34.347	-	81.571
Utilizações	-	(72.083)	-	-	(72.083)
Ajuste a valor presente	-	3.729	2.540	-	6.269
Transferências	-	32.936	(32.936)	-	-
Saldo em 31.12.2019	1.399	52.125	34.516	1.399	86.641

	Circulante		Não circulante	Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2017	1.399	20.360	58.033	1.399	78.393
Adições/Reversões	-	-	46.955	-	46.955
Utilizações	-	(59.320)	-	-	(59.320)
Ajuste a valor presente	-	-	4.856	-	4.856
Transferências	-	79.279	(79.279)	-	-
Saldo em 31.12.2018	1.399	40.319	30.565	1.399	70.884

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$73.197 (R\$58.635 em 31 de dezembro de 2018).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é de R\$1.175.785, compostos por 657.300.291 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$1.162.285 que representam 651.604.088 ações.

A companhia efetuou uma redução de capital social no montante de R\$245.000, mediante restituição de capital em moeda corrente, e sem o cancelamento de quaisquer ações conforme ata constituída em 28 de dezembro de 2018.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade autorizou a destinação dos dividendos do total da reserva de lucros referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$48.603, pago em 20 de maio de 2019.

21. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Receita de serviços prestados	455.938	423.290
Receita de serviços de construção	104.333	140.839
Outras receitas	25.761	5.490
Receita bruta	586.032	569.619
ISSQN	(23.738)	(21.370)
PIS	(3.035)	(2.840)
COFINS	(14.007)	(13.105)
Outras deduções	(335)	(567)
Receita líquida	544.917	531.737

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	31.12.2019	31.12.2018
Despesas:		
Com pessoal	(12.735)	(12.824)
Serviços de terceiros	(3.480)	(2.895)
Manutenção de bens e conservação	(1.640)	(1.642)
Consumo	(1.319)	(1.741)
Transportes	93	(524)
Seguros/Garantias	(16)	(15)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(2.905)	(3.403)
Comunicação e marketing	(614)	(1.886)
Indenizações à terceiros	(7)	2
Publicações legais	(320)	(254)
Depreciação / Amortização	(277)	(383)
Outros	(1.795)	(1.470)
Total	(25.015)	(27.035)
	31.12.2019	31.12.2018
Custos:		
Com pessoal	(21.274)	(22.399)
Serviços de terceiros	(28.675)	(38.900)
Conservação	(19.655)	(18.609)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(3.217)	(2.506)
Consumo	(4.757)	(4.131)
Transportes	(4.778)	(5.370)
Verba de fiscalização	(16.101)	(15.433)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(772)	(1.762)
Seguros / Garantias	(3.519)	(4.115)
Provisão de manutenção em rodovias	(81.571)	(46.955)
Custos de serviços da construção	(104.333)	(140.839)
Depreciação / Amortização	(204.742)	(188.388)
Outros	(2.351)	(1.835)
Total	(495.745)	(491.242)

23. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	31.12.2019	31.12.2018
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	16.030	7.661
Outras receitas	409	56
Total	16.439	7.717
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(144.409)	(115.322)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(8.588)	(4.747)
Custo de transação de empréstimos e debêntures	(42.166)	-
Outras despesas	(2.596)	(3.133)
Total	(197.759)	(123.202)
Variação cambial líquida:		
Variação cambial	(24)	-
Total	(24)	-

24. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa, está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	31.12.2019	31.12.2018
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	27.260	22.636
Juros capitalizados	1.002	3.523
	31.12.2019	31.12.2018
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(92.232)	(88.386)

25. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o lucro e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e do lucro diluído por ação:

	31.12.2019	31.12.2018
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo do exercício	(105.639)	(69.245)
Número de ações durante exercício	657.300	657.300
Prejuízo por ação	(0,1607)	(0,1053)

Não há diferença entre lucro (prejuízo) básico e lucro (prejuízo) diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo diluído do lucro (prejuízo) por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias conforme o quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	31.12.2019		31.12.2018	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa	Nível 2	1	76.193	76.193	140.245	140.245
Aplicações financeiras	Nível 2	1	59.671	59.671	229.625	229.625
Contas a receber clientes	Nível 2	2	31.174	31.174	25.335	25.335
Partes relacionadas ativas	Nível 2	2	88	88	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	26.323	26.323	47.726	47.726
Outros Créditos	Nível 2	2	400	400	147	147
			<u>193.849</u>	<u>193.849</u>	<u>443.078</u>	<u>443.078</u>
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	2	-	-	1.628.128	1.628.128
Empréstimos - Risco sacado	Nível 2	2	1.317	1.317	12.319	12.319
Empréstimos partes relacionadas	Nível 2	2	-	-	163.868	163.868
Partes relacionadas passivas	Nível 2	2	2.466	2.466	1.701	1.701
Debêntures (**)	Nível 2	2	1.716.918	1.658.609	-	-
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	38.577	38.577	34.686	34.686
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	1.346	1.346	1.291	1.291
Dividendos propostos	Nível 2	2	-	-	3.052	3.052
Outras contas a pagar	Nível 2	2	15.807	15.807	6.615	6.615
			<u>1.776.431</u>	<u>1.718.122</u>	<u>1.851.660</u>	<u>1.851.660</u>

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(**) Valor bruto de custo

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI.

27. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Sociedade não apresenta saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento à Instrução CVM nº475, em 31 de dezembro de 2019, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e de mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	4,50%	5,63%	6,75%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(38.028)	(46.021)	(54.013)
Receita de aplicações financeiras	6.998	8.748	10.497
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>(31.030)</u>	<u>(37.273)</u>	<u>(43.516)</u>
IPCA	3,60%	4,50%	5,40%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(83.654)	(93.177)	(102.700)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	<u>(83.654)</u>	<u>(93.177)</u>	<u>(102.700)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(114.684)</u>	<u>(130.450)</u>	<u>(146.216)</u>

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 3 de janeiro de 2020, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Essas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2019 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$22.970 (R\$20.018 em 31 de dezembro de 2018) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar, Autoexpresso, Movemais e Veloe, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Capital de giro	17,18%	1.316	-	-	-	-	1.316
Debêntures - CDI	5,26%	-	127.776	103.129	106.247	563.977	901.129
Debêntures - IPCA	8,81%	-	119.085	64.337	73.632	2.150.293	2.407.347
Fornecedores e cauções contratuais	-	38.577	-	-	-	-	38.577
Fornecedores partes relacionadas	-	2.466	-	-	-	-	2.466
Outras contas a pagar	-	15.807	-	-	-	-	15.807
		<u>58.166</u>	<u>246.861</u>	<u>167.466</u>	<u>179.879</u>	<u>2.714.270</u>	<u>3.366.642</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01.01 a 31.03.2020	01.04 a 30.06.2020	01.07 a 30.09.2020	01.10 a 31.12.2020	Total
Capital de giro	17,18%	1.316	-	-	-	1.316
Debêntures - CDI	5,26%	-	-	-	-	-
Debêntures - IPCA	8,81%	-	-	-	-	-
Fornecedores e cauções contratuais	-	19.404	-	-	19.173	38.577
Fornecedores partes relacionadas	-	2.466	-	-	-	2.466
Outras contas a pagar	-	15.807	-	-	-	15.807
		<u>38.993</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.173</u>	<u>58.166</u>

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias; portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

29. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2019, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	188.382

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é de R\$5.123.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 20 de janeiro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a redução de capital da Sociedade no montante de R\$170.000, mediante a restituição de capital em moeda corrente, e sem o cancelamento de quaisquer ações, em cinco parcelas mensais, sendo que a primeira foi de R\$40.000.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2019, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Companhia” ou “Autopista Régis Bittencourt”).

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Introdução

A Autopista Régis Bittencourt foi constituída em 2008, sendo que o contrato de concessão foi assinado com o Governo Federal em 14 de fevereiro de 2008. A Autopista Régis Bittencourt iniciou suas operações em 15 de agosto de 2008 com o objetivo exclusivo de explorar, sob o regime de concessão, o sistema rodoviário constituído pelos 401,6 quilômetros da rodovia Régis Bittencourt (BR-116), que conecta as cidades de São Paulo (SP) e Curitiba (PR), passando pelos municípios de Taboão da Serra, Embu das Artes, Itapeverica da Serra, São Lourenço, Jquitiba, Miracatu, Juquiá, Registro, Pariquera-açu, Jacupiranga, Cajati e Barra do Turvo, no Estado de São Paulo, e Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Antonina, Colombo e Curitiba, no Estado do Paraná, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação, e os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público.

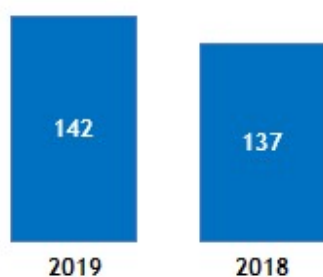
O prazo de concessão é de 25 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente, encerrando-se em 15 de fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Receita e Mercado

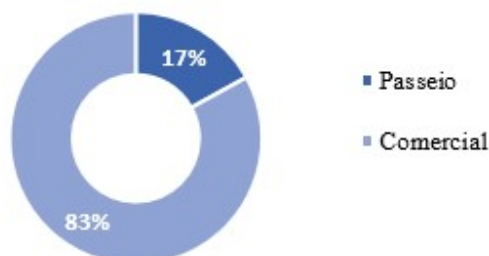
As tarifas de pedágio cobradas pela Autopista Régis Bittencourt são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. No exercício de 2019, para veículos de passeio, os valores eram de R\$3,20 e para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais – subitem (d) Aspectos Financeiros. Em dezembro de 2019 a concessionária recebeu ofício com a 11ª Revisão Ordinária e 12ª Revisão Extraordinária de Tarifa Básica de Pedágio, juntamente com a Nota Técnica para análise, gerando contestação pela concessionária. Não houve posicionamento do órgão regulador até a publicação deste relatório, permanecendo o valor da tarifa em R\$3,20 até definição da contestação.

Em 2019, o tráfego pedagiado totalizou 142,4 milhões de veículos equivalentes nas seis praças de pedágio, este volume de veículos pedagiados foi 4,4% superior aos 136,5 milhões registrados em 2018.

Tráfego Pedagiado
Veículos Equivalentes (milhões)



Composição do Tráfego
Ano 2019



A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R\$586 milhões em 2019, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, apresentando um aumento de 2,9% sobre o obtido em 2018 de R\$570 milhões.

A receita de pedágio aumentou 7,7%, passando de R\$423,3 milhões em 2018 para R\$456 milhões em 2019. Esse acréscimo é devido pelo aumento de tráfego e pelo reajuste de 3% da tarifa de pedágio de R\$ 3,10 para R\$ 3,20 ocorrido em 29 de dezembro de 2018.

Já a receita de obras registrou uma redução R\$36,5 milhões ou 25,9%, passando de R\$140,8 milhões em 2018 para R\$104,3 milhões em 2019. Esse decréscimo acompanha o volume de obras da Companhia.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, apresentaram um aumento de R\$20,3 milhões ou 369,2%, passando de R\$5,5 milhões em 2018 para R\$25,8 milhões no exercício de 2019. Este acréscimo é resultado do novo contrato de fibra ótica.

Investimentos

Durante o ano de 2019, foram investidos R\$137,2 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R\$132,9 milhões realizados em 2018, perfazem o montante de R\$270,1 milhões realizados nos últimos dois anos de implementação do plano de investimentos da Companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema da rodovia, conforme apresentado abaixo:

Investimentos - em R\$ milhões			
	2019	2018	Var. %
Ampliação da Rodovia	3,2	3,2	0,1%
Construção de Viaduto	5,6	3,8	45,8%
Recuperação do Pavimento Asfáltico	35,2	69,1	-49,0%
Outros Investimentos	93,2	56,8	64,2%
Total	137,2	132,9	3,2%

A Duplicação da Serra do Cafezal (BR-116/SP), principal obra da concessionária foi concluída em 19/12/2017 com início da operação nos seus 30,5 quilômetros, contemplando a construção de 4 túneis e 39 pontes e viadutos.

Outras melhorias vêm sendo executadas na rodovia, como a conclusão de 01 Trevo em Desnível no km 17+600, Implantação de Ruas Laterais do km 16,200 ao km 17,500 – Pistas Norte e Sul do Acesso Norte Curitiba no município de Curitiba/PR além do andamento das Obras de Reforço e Alargamento das Obras de Arte Especiais da Serra do Cafezal localizadas nos km 349+500, km 354+550, km 357+900, km 358+100, km3 57+200 e km 358+400 da pista antiga.

Captações de Recursos

Para viabilizar os investimentos e aquisições de ativos operacionais, a Concessionária recebeu durante o exercício de 2019, um total de R\$1,7 bilhão oriundos de recursos captados através da 8ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações. As debêntures foram emitidas ao final de novembro, em duas séries, sendo a primeira totalizando R\$1 bilhão com vencimento final em junho de 2031, remunerada pelo IPCA + 4,5% a.a., já a segunda série totaliza R\$700 milhões e vencimento final em junho de 2027, remunerada pelo CDI + 0,86% a.a.

Valor Adicionado

Em 2019, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Concessionária foi de R\$100,1 milhões, representando 17% da Receita Operacional Bruta, o que representa um aumento de 14,3% em relação a 2018, em que o valor adicionado foi de R\$87,6 milhões representando 15,4% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

Em 2019 e 2018 não houve constituição de dividendos, uma vez que a Concessionária não apresentou resultado positivo em ambos os exercícios. A Companhia autorizou a destinação dos dividendos do total da reserva de lucros referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$48,6 milhões, pago em 20 de maio de 2019.

Planejamento Empresarial

O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Gestão pela Qualidade Total

Em 2019, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, qualidade de gestão e o gerenciamento da rotina em diferentes áreas da Companhia.

Recursos Humanos

Em 2019, a Concessionária investiu R\$40 mil (R\$149 mil em 2018) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

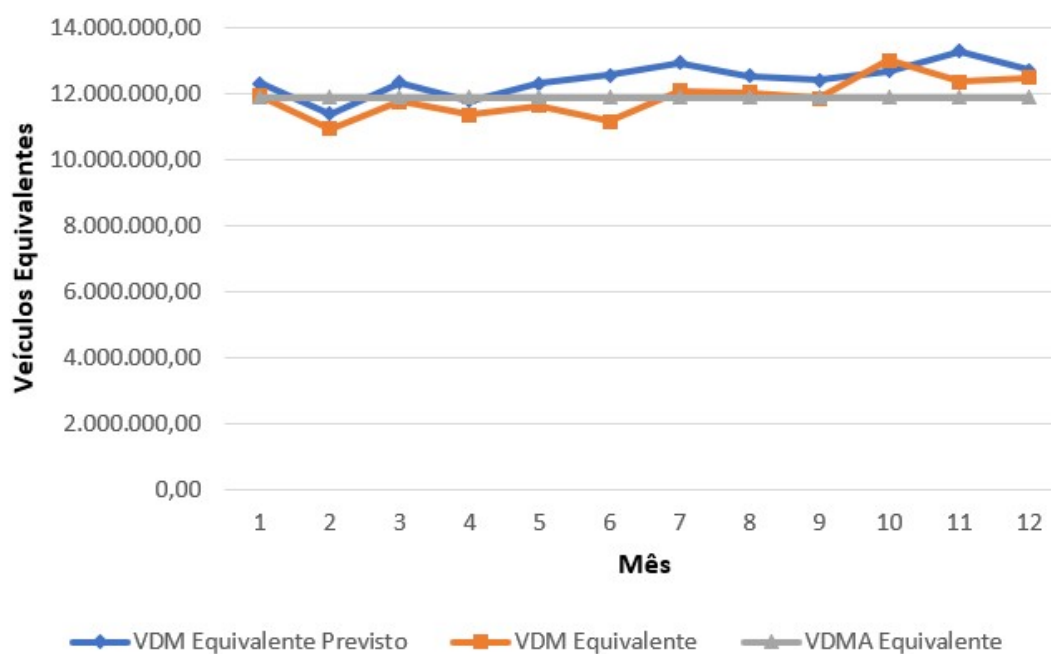
Indicadores Operacionais

a) Caracterização do Tráfego

Volume

Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.

Variação mensal do volume em 2019

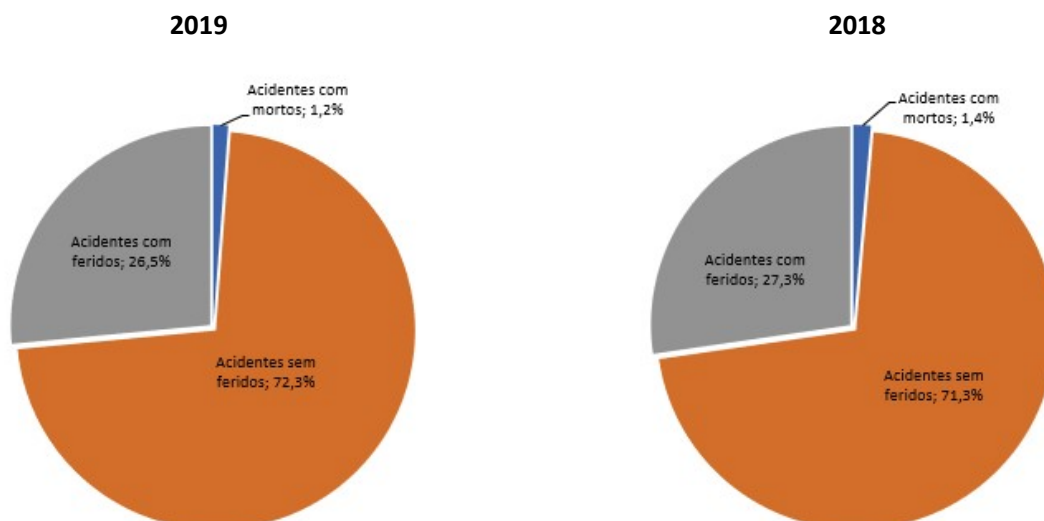


b) Segurança no Trânsito

Acidentes

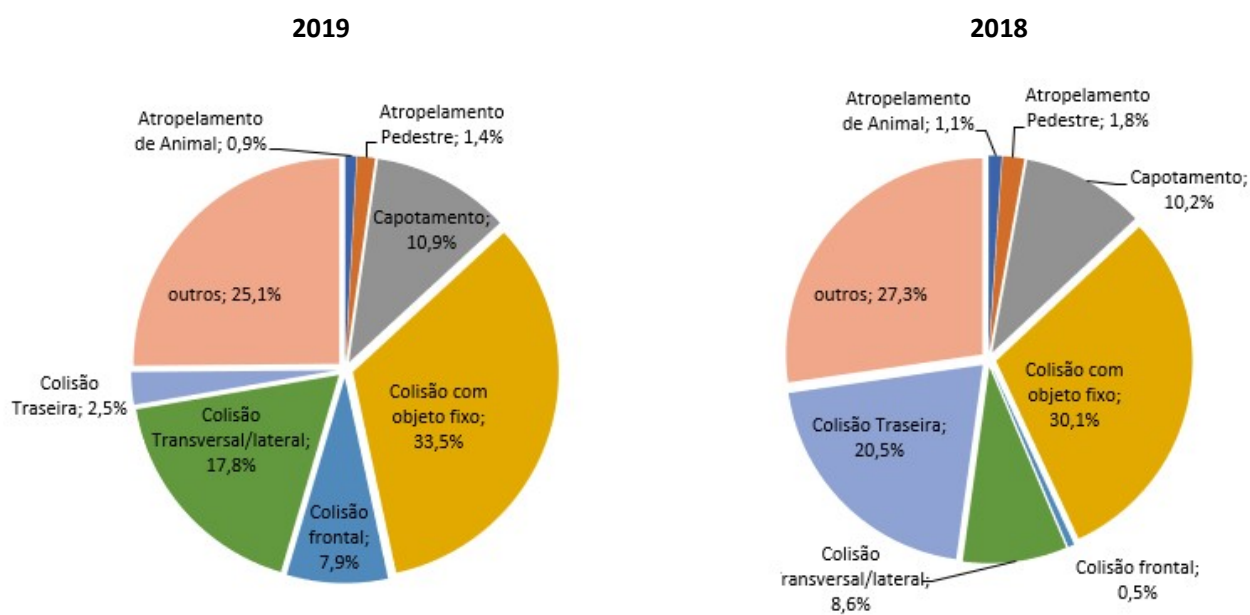
Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

Percentual de acidentes por gravidade



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Percentual de acidentes por tipo



c) Dados de Operação da Concessão

Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão

Tipo de veículo	Quantidade	Qtde/100km
Viatura de inspeção	11	2,73
Guincho Leve	13	3,23
Guincho Pesado	7	1,74
Ambulância Simples	9	2,24
UTI	5	1,24
Balança Fixa	2	0,50
Total de veículos operacionais	47	11,67
Administração	10	2,48
Motos de inspeção	2	0,50
Operação de Tráfego (Líderes)	5	1,24
Pedágio	2	0,50
Animal	4	0,99
Caminhão	1	0,25
Segurança de trabalho	2	0,50
Manutenção	42	10,43
Total de veículos de apoio	68	16,89
Total de veículos	115	28,56

Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de

funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de funcionários alocados na concessão

Cargo	Quantidade	Qtde/100km
Analista de Cca Jr	4	0,10
Analista de Trafego Jr	2	0,05
Analista de Trafego Pl	1	0,03
Analista Operacional Jr	1	0,03
Analista Operacional Pl	2	0,05
Assistente de Cca	1	0,03
Auxiliar de Servicos Gerais	4	0,10
Controlador de Balanca I	10	0,26
Coordenador de Faixa de Dominio	1	0,03
Coordenador de Trafego	1	0,03
Enfermeiro	26	0,67
Gerente de Operacoes	1	0,03
Inspetor de Trafego	49	1,26
Inspetor de Tráfego Motociclista	2	0,05
Médico	34	0,87
Motorista li	4	0,10
Operador de Balanca	16	0,41
Operador de Cca	7	0,18
Operador de Cco	18	0,46
Operador de Guincho	50	1,28
Operador de Guincho Pesado	34	0,87
Operador de Pipa	24	0,61
Socorrista	153	3,92
Supervisor de Cca	1	0,03
Supervisor de Trafego	2	0,05
Total Tráfego	448	11,48
Assistente de Pedagio	2	0,05
Operador de Pedagio	212	5,43
Controlador de Pedagio I	24	0,61
Total Arrecadação	238	6,10
Total	686	17,58

d) Aspectos Financeiros

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere a renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

Receita (em R\$ mil)

	Em 2019	Acumulada
Receita	586.032	6.185.423

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Investimentos (em R\$ mil)

	Em 2019	Acumulado
Investimentos	137.235	3.461.908

Custos Operacionais (em R\$ mil)

	Em 2019	Acumulado
Custos Operacionais	495.745	4.932.430

Os custos e despesas operacionais (excluídos a depreciação e amortização) da Companhia totalizaram R\$318 milhões em 2019, ante R\$332 milhões em 2018, redução de 4,3%. A maior parte desta variação refere-se ao custo de serviços de construção, que acompanham o volume de obras.

Com relação aos custos e despesas com efeito caixa, o total foi de R\$132 milhões em 2019, uma redução de 8,5% em comparação ao ano anterior, quando totalizou R\$144 milhões. A principal causa das variações foi a redução nos custos com serviços de terceiros, reflexo da adoção do IFRS 16.

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base.

ISS repassados (em R\$ mil)

	Em 2019	Acumulado
ISS	29.640	260.522

Ebitda e Ebitda Ajustado (em R\$ mil)

	2019	2018	Var %
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	544.917	531.737	2,5%
Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)	(318.043)	(332.181)	-4,3%
EBITDA ¹	226.874	199.556	13,7%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	81.571	46.955	73,7%
EBITDA Ajustado ²	308.445	246.511	25,1%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

Endividamento (em R\$ mil)

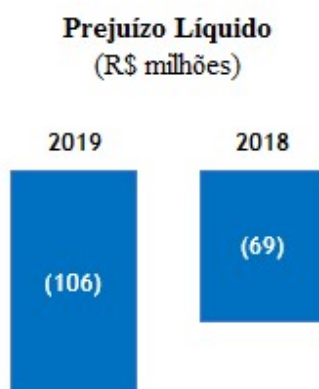
	2019	2018	Var %
Dívida Bruta	(1.660.995)	(1.640.447)	1,3%
Curto Prazo	(1.317)	(113.363)	-98,8%
Longo Prazo	(1.659.678)	(1.527.084)	8,7%
Posição de Caixa			
Caixa e equivalentes de Caixa	76.193	140.245	-45,7%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	85.994	277.351	-69,0%
Dívida Líquida	(1.498.808)	(1.222.851)	22,6%

¹ Curto e Longo Prazo

A Concessionária está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, estão sendo captados recursos de longo prazo no Brasil, compatíveis com o empreendimento rodoviário.

Prejuízo Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2019 com prejuízo líquido de R\$105,6 milhões, um aumento de R\$36,4 milhões frente aos R\$69,2 registrados no exercício de 2018. Essa variação deriva principalmente do aumento dos encargos financeiros, reflexo da quitação antecipada das Notas Promissórias e do empréstimo de longo prazo junto ao BNDES.



Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio em 2019 (em R\$)

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de veículo								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
P1 - São Lourenço da Serra	bidirecional	3,20	6,40	4,80	9,60	6,40	12,80	16,00	19,20	1,60
P2 - Miracatu		3,20	6,40	4,80	9,60	6,40	12,80	16,00	19,20	1,60
P3 - Juquiá		3,20	6,40	4,80	9,60	6,40	12,80	16,00	19,20	1,60
P4 - Cajati		3,20	6,40	4,80	9,60	6,40	12,80	16,00	19,20	1,60
P5 - Barra do Turvo		3,20	6,40	4,80	9,60	6,40	12,80	16,00	19,20	1,60
P6 - Campina Grande do Sul		3,20	6,40	4,80	9,60	6,40	12,80	16,00	19,20	1,60

Concessionária em números

Tabela - Rodovias				
Dados anuais 2019		Unidade de medida ou comentário		
Quilômetros de rodovia		402,6 quilômetros		
Número de veículos que transitaram	CAT-01	23.160.591		
	CAT-02	3.741.475		
	CAT-03	152.683		
	CAT-04	5.800.130		
	CAT-05	23.820		
	CAT-06	5.289.327		
	CAT-07	4.245.590		
	CAT-08	7.966.666		
	CAT-09	948.501		
	TOTAL	51.328.783		
Número de praças de pedágios		6 praças		
Tarifa	TABELA DE CATEGORIAS			
	VALOR DA TARIFA = 3,20			
	Descrição	Eixos	Categorias	Tarifa Básica
	Automóvel, Caminhonete e Furgão	2	1	3,20
	Caminhão leve, Ônibus, Caminhão Trator e Furgão	2	2	6,40
	Automóvel semi reboque e Caminhonete semi-reboque	3	3	4,80
	Caminhão, Caminhão Trator semi-reboque, Ônibus, Caminhão Trator	3	4	9,60
	Automóvel + reboque, e Caminhonete + reboque	4	5	6,40
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	4	6	12,80
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	5	7	16,00
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	6	8	19,20
Motocicleta, Motonetas, Bicicletas motor e Triciclos	2	9	1,60	
Número de quilômetros mantidos		402,6 quilômetros		
Índice de congestionamento		Nível C		

Tráfego Médio Diário Equivalente	Mês	Média diária (em milhares)
	Jan	384.641
	Fev	390.343
	Mar	378.678
	Abr	378.186
	Mai	375.044
	Jun	371.500
	Jul	389.665
	Ago	387.672
	Set	394.729
	Out	418.974
	Nov	411.169
	Dez	402.705

Tráfego Médio Diário Anual Equivalente	Média anual	390.275 em milhares
--	-------------	---------------------

Equipes utilizadas pelo concessionário	Administrativo	Pavimentação
	Jurídico	Obras
	Comunicação	Projetos
	Responsabilidade Social	Manutenção Tecnológica
	Meio Ambiente	Faixa de Domínio
	Conservação	Segurança do Trabalho
	Arrecadação	Tráfego
	Centro de Controle Operacional	

Índices de qualidade de estrada	Rodovia: BR-116 (SP)		
	Parâmetro	Ano 12	
		Atendem	Não Atendem
	Percentual de Área Trincada-TR	100%	0%
	Irregularidade Longitudinal	82%	18%
	Rodovia: BR-116 (PR)		
	Parâmetro	Ano 12	
		Atendem	Não Atendem
	Percentual de Área Trincada-TR	100%	0%
	Irregularidade Longitudinal	97%	3%
	Rodovia: Acesso Norte Curitiba (PR)		
	Parâmetro	Ano 12	
		Atendem	Não Atendem
	Percentual de Área Trincada-TR	100%	0%
	Irregularidade Longitudinal	100%	0%

Receita de pedágio	455.938 em R\$ mil
Custos associados às receitas de pedágio	41.115 em R\$ mil

<i>Fator Trabalho</i>	
Número de Trabalhadores	Administrativos: 73
	Operacionais: 412
Despesas de Pessoal	Administrativas: 12.735 em R\$ mil
	Operacionais: 21.274 em R\$ mil

<i>Fator Capital</i>	
Despesas de Depreciação	Método Linear
Ativo Líquido	162.187 em R\$ mil
Ativo Bruto	2.935.535 em R\$ mil
Série Histórica dos Investimentos	3.461.908 em R\$ mil
Custo de Oportunidade do Capital	Conforme variáveis de mercado

<i>Fatores Intermediários</i>	
Despesas em Administração	10.640 em R\$ mil
Despesas em Manutenção	1.640 em R\$ mil
Outras Despesas	0 em R\$ mil

<i>Seguridade</i>	
Quantidade de Acidentes	3.917 Acidentes sem feridos
	1.436 Acidentes com feridos
	65 Acidentes com mortos

<i>Indicadores</i>	
Receita por veículo ou KM	1.459 por KM
Custo por veículo ou KM	1.234 por KM

Balanço Social

	2019			2018		
1 - Base de cálculo						
Faturamento Bruto	586.032			569.619		
Receita líquida (RL)	544.917			531.737		
Resultado operacional (RO)	-159.489			-104.700		
Folha de pagamento bruta (FPB)	16.616			17.573		
Folha de pagamento bruta - total remunerações	16.616			17.573		
Folha de pagamento bruta - total pago a empresas prestadoras de serviços	N/A			N/A		
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	3.227	19%	1%	3.379	19%	1%
Encargos Sociais	7.422	45%	1%	8.013	46%	2%
Previdência privada	0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde	3.546	21%	1%	3.415	19%	1%
Segurança e Saúde no trabalho	168	1%	0%	161	1%	0%
Educação	40	0%	0%	47	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	40	0%	0%	149	1%	0%
Creches ou auxílio creche	305	2%	0%	353	2%	0%
Participação nos lucros ou resultados	2.398	14%	0%	2.052	12%	0%
Outros	305	2%	0%	152	1%	0%
Total - Indicadores sociais internos	17.451	105%	3%	17.720	101%	3%
3 - Indicadores sociais externos						
Educação	252	2%	0%	322	2%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde e saneamento	0	0%	0%	0	0%	0%
Esporte	0	0%	0%	0	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%	0	0%	0%
Outros	0	0%	0%	0	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	252	2%	0%	322	2%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	40.326	243%	7%	36.761	209%	7%
Total - Indicadores sociais externos	40.578	244%	7%	37.083	211%	7%

4 - Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	214	1%	0%	102	1%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	-	0%	0%	-	0%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	214	1%	0%	102	1%	0%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	(X) Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% () Cumpre de 75 a 100%			(X) Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% () Cumpre de 75 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional						
Nº de colaboradores ao final do período	507			582		
Tempo de serviço	8% até seis meses			8% até seis meses		
	6% de seis meses a um ano			8% de seis meses a um ano		
	12% entre um e dois anos			14% entre um e dois anos		
	24% entre dois e cinco anos			23% entre dois e cinco anos		
	50% mais de cinco anos			47% mais de cinco anos		
Nº de admissões durante o período	79			106		
Nº de demissões durante o período	156			142		
Nº de colaboradores terceirizados	1.286			1.003		
Nº de estagiários (as)	2			2		
Nº de colaboradores com até 18 anos	4			6		
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	75			81		
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	370			416		
Nº de colaboradores acima de 45 anos	58			81		
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	277			330		
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0%			0%		
Remuneração paga a mulheres no período	5.591			6.192		
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	14			7		
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%			0%		
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	22			14		
Total de horas extras trabalhadas (quantidade horas)	105.978			116.999		
Total de horas extras pagas (valor)	1.088			1.245		
Total de INSS pagos	6.711			7.673		
Total de FGTS pago	1.422			1.645		
Total de Contribuição Sindical paga	0			0		
Totais dos demais encargos sociais pagos	0			0		
Total de IRRF recolhido no período	1.522			2.003		
Total de ICMS recolhidos no período	0			0		
Total de IRPJ recolhido no período	0			0		
Total de CSLL recolhido do período	0			0		
Total de PIS recolhidos no período	3.120			2.771		
Total de COFINS recolhidos no período	14.402			12.791		
Total de outros tributos recolhidos no período	23.616			21.437		

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	43,45	43,17
Número total de acidentes de trabalho	9	14
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) não se aplica	() direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) não se aplica
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	100% no PROCON 22% na Justiça	100% no PROCON 36% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir	117.542	98.845
Distribuição do Valor Adicionado	-10% Governo -87% Acionistas 32% Colaboradores 165% Terceiros 0% Retidos	4% Governo -51% Acionistas 38% Colaboradores 109% Terceiros 0% Retidos

Demais assuntos

a) Responsabilidade Social e Ambiental

Sustentabilidade

Para a Arteris, a sustentabilidade do negócio tem como objetivo oferecer soluções e grandes entregas aos seus acionistas, contribuindo para o desenvolvimento da infraestrutura brasileira, além de gerar valor para todos os seus stakeholders e comunidades próximas a sua operação.

Nesse contexto, em 2019 a Arteris iniciou um processo de revisão dos seus objetivos de sustentabilidade, mantendo o alinhamento com os ODS e com os principais desafios de negócio. Ao longo do ano, a companhia manteve sua atuação pautada nos pilares de integridade, crescimento e rentabilidade, pessoas, segurança, relações e diálogo, impacto social, e tecnologia e inovação.

Para 2020, a companhia tem como objetivo concluir a revisão dos objetivos e lançar novos compromissos de sustentabilidade.

Integridade

A integridade está no DNA da Arteris e em tudo o que ela faz. Atualmente, a companhia conta com um Programa de Integridade, cujo objetivo é garantir que todos os departamentos da companhia estejam igualmente alinhados com o tema, atuando dentro dos padrões da ética e com transparência.

Dentro do Plano de Sustentabilidade da Arteris, a integridade é o princípio fundamental para todas as ações do Grupo em seus mecanismos de controle, na implantação de políticas e práticas anticorrupção e no atendimento à legislação e regras. Constantemente, o Grupo apresenta suas práticas de governança perante o setor, a fim de ampliar os mecanismos de avaliação e controle de riscos de compliance.

Em 2019, a companhia teve destaque no primeiro Guia Exame de Compliance, sendo posicionada entre as 39 empresas mais bem avaliadas por suas práticas de compliance, além de figurar entre as quatro melhores no setor de infraestrutura. Esse resultado deve-se ao trabalho realizado pelo Programa de Integridade, cujo objetivo é preservar um ambiente de negócios ético e de confiança nas relações internas e externas da companhia.

No mesmo ano, a Arteris tomou duas novas medidas para reforçar suas práticas de compliance. A primeira foi o lançamento da Norma de Gestão de Ambiente de Trabalho Positivo. Por meio dela, a empresa passou a reforçar junto aos colaboradores e terceiros a responsabilidade perante os demais colegas de agir de forma proativa, colaborativa e íntegra para alcançarmos um ambiente de trabalho seguro, respeitoso, aberto e inclusivo, livre de discriminação, violência e assédio.

Adicionalmente, a companhia passou a aplicar seus treinamentos e compliance nas empresas contratadas, garantindo que todos os fornecedores sigam as mesmas diretrizes da Arteris no âmbito de compliance. Desde o início dessa iniciativa, 287 parceiros estratégicos foram treinados.

Crescimento e Rentabilidade

Ao longo dos anos, a Arteris tem se consolidado no setor como uma empresa focada em crescimento do negócio, tanto por meio de suas concessões existentes como pelo mapeamento de novas oportunidades no setor e pela excelência operacional.

Oferecer o melhor serviço aos usuários e buscar rentabilidade para seus acionistas são as premissas que norteiam as ações da empresa. Atualmente a Arteris conta com uma operação funcionando 24 horas, sete dias na semana, por meio de uma estrutura que contempla 165 guinchos, 101 ambulâncias e 1.600 câmeras de monitoramento.

Com isso, ano após ano o Grupo tem aprimorado processos e sinergia entre áreas, tornando o trabalho cada vez mais ágil, transformando a forma de gerenciar rodovias no país. Como exemplo dessa prática, em 2019 a Arteris Fernão Dias realizou o primeiro simulado com desvio de tráfego, como parte de seu plano de contingência operacional, visando capacitar e integrar as equipes para atuarem em eventos de grande complexidade.

O cenário consistiu no tombamento de um caminhão, causando interdição total da pista. A partir disso, um intenso congestionamento se forma e não há previsão para liberação da rodovia. Para garantir a segurança dos usuários e dar fluidez ao tráfego, uma equipe da concessionária se mobiliza e inicia a operação, que começa pela retirada das defensas metálicas. Com o apoio da Polícia Rodoviária Federal, o trânsito da pista sul passa a ser desviado para o sentido norte da BR-381, ocupando uma faixa da via.

A companhia tem se especializado cada vez mais em grandes operações, de forma que o sincronismo entre as pessoas envolvidas evite transtorno para os usuários e garanta a segurança de todos que trafegam na rodovia.

Pessoas

A Arteris conduz o desenvolvimento de seus colaboradores de forma que o crescimento pessoal e profissional de cada um estimule o crescimento do negócio. Reter talentos e engajar o público interno nos temas do negócio estão entre as prioridades estratégicas da companhia.

A companhia conta a com a Universidade Arteris de Desenvolvimento, uma plataforma para que todos os colaboradores façam treinamentos e cursos que auxiliem no desenvolvimento profissional de cada um, assim como em movimentações internas no Grupo. Em 2019, a UAD passou a contar com um aplicativo para smartphone, expandindo ainda mais o alcance de suas ações. Adicionalmente, foram 318 treinamentos disponibilizados no período.

Em outra frente do pilar de pessoas, a empresa trabalha constantemente para promover cidadania e humanizar o trânsito, por meio do projeto Escola Arteris. Com 18 anos de atuação ininterrupta, o projeto focou seus esforços em 2019 para o tema “distração”, a partir de uma série de campanhas e capacitação de educadores e alunos da rede pública. Além disso, foi lançada uma plataforma de gestão do projeto, para mensurar todas as atividades realizadas pelas escolas participantes. Ela recebeu mais de sete mil registros somente no primeiro ano.

Ao final de 2019, o Projeto Escola atingiu cerca de 8 mil educadores e 137 mil alunos. Para 2020, um dos objetivos é criar a versão digital do projeto, apostando em uma metodologia mais interativa para as instituições de ensino parceiras.

Com relação à empregabilidade, a Arteris vem trabalhando a igualdade de gênero como estratégia de diversidade. O Grupo encerrou 2019 com uma divisão de 53% de homens e 47% de mulheres entre seus colaboradores diretos. Considerando somente o board da companhia, existe a mesma proporção do número de mulheres em relação ao de homens.

Simultaneamente, a Arteris contribui para a geração de emprego nas regiões onde atua. No Contorno de Florianópolis, maior obra em curso da companhia, são mais de 1.300 operários ao longo de 34 quilômetros de obra.

Por último, a companhia reconhece a importância do universo acadêmico para o setor de infraestrutura. Em conjunto com a Fundação Abertis e com a Escola Politécnica da Universidade São Paulo, a empresa realiza a premiação da Cátedra Abertis no Brasil. Criada em 2003 pela Abertis e com incentivo da Fundação Abertis, a iniciativa consiste em organizar diferentes Cátedras em colaboração com universidades de renome e instituições acadêmicas nacionais e internacionais, com o objetivo de estimular trabalhos acadêmicos no campo dos Transportes e da Segurança Viária.

Segurança

O respeito à vida é parte integrante do Plano de Sustentabilidade da companhia, que tem como um dos principais desafios buscar zero fatalidades e liderar o debate para o desenvolvimento de ações conjuntas e estruturadas sobre o tema, fortalecendo a cultura de mobilidade segura na sociedade.

A empresa aderiu voluntariamente à “Década de Ação pela Segurança no Trânsito”, da ONU, que estabelece o objetivo de reduzir as mortes no trânsito pela metade até 2020. Com um ano de antecedência, o Grupo já atingiu 97% da meta.

Esse resultado deve-se a uma série de iniciativas adotadas pela Arteris, como os programas Viva, cujo objetivo é valorizar o ser humano por meio de ações de conscientização segmentadas para atender diferentes públicos. Atualmente, os programas impactam caminhoneiros, motociclistas, passageiros, pedestres, sociedade civil, ciclistas e empresas localizadas no entorno das rodovias da Arteris. Somente em 2019, foram mais de 64 mil pessoas participantes.

Para garantir a eficácia dos programas, cada concessionária planeja suas ações com base no PRA (Plano de Redução de Acidentes). Com isso, é possível atingir os públicos mais vulneráveis de cada localidade. Na Régis Bittencourt, por exemplo, mais de 1.300 lanternas e coletes refletivos foram distribuídos para andarilhos, com o objetivo de reduzir o número de atropelamentos.

A companhia conta ainda com a parceria da PMRV e PRF em ações de fiscalização contra o uso de álcool por parte de motorista, além da importância da conservação e manutenção preventiva em veículos.

Relações e Diálogo

Potencializar o relacionamento com stakeholders que permitam gerar valor compartilhado para o Grupo é uma prática de diferentes áreas da companhia, principalmente em assuntos relacionados à operação e eficiência ambiental, com foco na redução de impactos e identificação de oportunidades.

Em 2019, além do Twitter fornecendo informações em tempo real aos usuários, a área de ouvidoria e 0800 se destacou como importante ponto focal de prestação de serviço aos motoristas que trafegam pelas rodovias da Arteris. Do total de atendimentos, 48% das interações foram de usuários solicitando informações. Adicionalmente, foram mais de 1.100 elogios pelos serviços prestados, como bom atendimento dos arrecadadores e boa conservação do SAU – Serviço de Atendimento ao Usuário.

Inovação e tecnologia

Conduzir todos os pilares sob uma perspectiva inovadora é a maneira que o Grupo enxerga para estimular melhoria de processos, identificar oportunidades de parceria e negócios, além de manter o protagonismo nas discussões do setor.

Em 2019, os usuários da ViaPaulista que utilizam o trecho entre Araraquara e Riversul passaram a contar com rede wi-fi como um novo recurso para tornar a experiência de trafegar pelas SPs 255 e 281 ainda mais segura. Essa tecnologia, fruto de meses de estudos e testes, permite a solicitação de socorro mecânico e pré-hospitalar por meio de alguns cliques no smartphone, sem que seja necessário sair do veículo para utilizar os call boxes.

Para suportar essa estrutura, além de todo conjunto operacional e praças de pedágio presentes nas rodovias que opera, a companhia implementou o NOC (Network Operations Center). Com o objetivo de garantir alto índice de disponibilidade das ferramentas de TI que suportam o negócio, a operação dessa central funciona 24 horas por dia, contando com o monitoramento contínuo de mais 250 mil itens que compõem a infraestrutura tecnológica. Este fato representa mais um passo da companhia na busca por um novo patamar de excelência operacional.

Impacto Social

Com relação às ações sociais, a companhia acredita na estratégia de alinhá-las ao ciclo de vida de suas empresas e respectivas localidades, a partir de uma política de investimento social com critérios claros.

A companhia patrocina importantes iniciativas de estímulo à cultura, como a escola do tradicional balé Bolshoi, em Joinville – a única unidade existente fora da Rússia – assim como o Projeto Guri, considerado o maior programa sociocultural brasileiro, fortalecendo a formação de crianças, adolescentes e jovens como indivíduos integrados positivamente em sociedade e que utilizam a cultura musical para difundir sua diversidade.

No âmbito do esporte, a Arteris esteve envolvida nas três edições da corrida Junta&Vai de 2019. O evento une pessoas por uma boa causa: o Programa Lacre Amigo Arteris, que reverte lacres de latas de alumínio em cadeiras de rodas, que são doadas para instituições parceiras.

Por fim, a Arteris apoiou com patrocínios incentivados como o Festival Chorando Sem Parar, a exposição de Julio González – Espaço e Matéria, além de apoiar a AACD, o Hospital de Câncer de Barretos, entre outros. Para saber mais, acesse <https://sustentabilidade.arteris.com.br/>.

b) Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Agradecimentos

A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de funcionários pelo empenho e dedicação dispensados.

Registro, 20 de fevereiro de 2020.

A Administração.

Diretoria

Sérgio Moniz Barreto Garcia
Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor de Operações

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico e Financeiro/
Diretor de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Conselho de Administração

Andre Dorf
Conselheiro

Marco Antonio Giusti
Conselheiro

Juan Gabriel Lopez Moreno
Conselheiro

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega
Conselheira

Contador

Danilo Iankovski
CRC SC-027138/O-0